



ATA DA 46ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

Aos dezenove dias do mês de julho de dois mil e onze, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB realizou a sua 46ª reunião com a presença dos conselheiros Silvio Delamar Soares Winovski e Rosângela da Costa Kelly (Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino), Jalmir Gomes Ribeiro da Silva (Representante do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – Segmento Funcionário), Eliane Dibo do Nascimento e Ilma dos Santos (Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), Luiza Dantas Vaz (Representante da Secretaria Municipal de Educação), Geraldo Mattos e Marco Antonio Rosa Silva (Representantes do Poder Executivo Municipal), Márcia Regina Ferreira Lima dos Santos (Representante dos Professores da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino) e Rosilene Almeida da Silva (Representante do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro - Segmento Professor). Justificou a ausência Jaime Pereira de Souza Junior, (Representante dos Conselhos Tutelares) e Vice-Presidente do Conselho. O encontro contou com a presença também de Claudio Massa e Elisabeth Duarte, ambos da CIN – Coordenadoria de Infraestrutura, o primeiro Coordenador e a segunda, Gerente da Gerência de Planejamento de Obras, bem como de Ricardo Dias Bernardo, da RIOURBE. A participação desses últimos foi considerada importante uma vez que o tema central da reunião foi o resultado das visitas a obras em escolas e creches custeadas com recursos do Governo Federal, transferidos por conta do Programa de Recuperação da Rede Física, definido na Resolução CD/FNDE Nº 19/2010. Os Conselheiros Silvio e Eliane relataram o resultado da visita que, juntamente com o Conselheiro Jaime, realizaram na E.M. José Veríssimo, no bairro do Rocha, oportunidade em que expuseram uma série de discrepâncias entre o escopo da obra, constante do instrumento contratual, e o que efetivamente observaram no local. Em resumo, constataram que alguns reparos que constavam do escopo ou não foram feitos ou foram realizados parcialmente. Enfatizaram também que a direção da escola não teve conhecimento completo do detalhamento da obra e que não participou do planejamento inicial desse processo, resultando que algumas necessidades da escola deixaram de ser atendidas. Outro aspecto que também chamou a atenção dos conselheiros foi o desconhecimento dos diretores sobre o que é aceite parcial, embora eles assinem esse documento. O representante da RIOURBE explicou que o aceite parcial, no caso das obras em escolas, tem o objetivo de formalizar a liberação de compartimentos do prédio para uso, quando houver condições para tanto, de forma a delimitar a responsabilidade das partes na execução contratual. Exemplificou com a liberação de banheiros para uso, ou de salas para aulas, mesmo com a obra em andamento em outras partes do prédio. O aceite parcial só tem validade plena com o aceite definitivo da obra. Como consequência dessa visita, os conselheiros produziram relatório, com ilustrações fotográficas, documentação que faz parte

integrante desta ata. Os itens do relatório foram exaustivamente discutidos com os representantes da CIN e da RIOURBE. Os Conselheiros Jalmir, Rosângela, Ilma e Márcia Regina também discorreram sobre as visitas que fizeram à Escola Municipal Comenius e à Creche Anísio Teixeira, não encontrando discrepâncias dignas de registro. Ressalvaram, no entanto, que a direção das unidades visitadas não tem conhecimento de que é possível registrar discordâncias no documento que constitui o aceite provisório ou parcial. A conselheira Márcia fez o registro de que na data em que se deslocou para a visita ao CIEP Thomaz Jefferson, a unidade escolar se encontrava com festa julina, o que impediu a realização da vistoria. A CIN transmitiu informações também sobre dois contratos para a execução de pequenos serviços e manutenção corretiva nas instalações prediais, redes elétricas e lógicas e telhados, também por conta dos recursos do Governo Federal, que se encontram em execução, com término previsto para março de 2012. O cronograma analítico dessas intervenções, com a discriminação das escolas contempladas, também faz parte integrante desta ata. A CIN e a RIOURBE solicitaram ao Conselheiro Silvio que reproduzisse por escrito todas as questões pontuais com relação à E.M. José Veríssimo, que parece estar efetivamente com problemas residuais decorrentes da obra, para que sejam novamente avaliadas do ponto de vista técnico. Esse documento será enviado para a CIN. Igualmente se comprometeram a instruir as GIN – Gerências de Infraestrutura das CRE para que orientem os diretores de escolas e creches sobre o correto acompanhamento e controle das obras, inclusive quanto às peculiaridades do aceite parcial, provisório ou definitivo. Concluída a participação da GIN e da RIOURBE, seus representantes se retiraram, tendo continuidade a discussão sobre a aplicação dos recursos do Governo Federal na recuperação da rede física das escolas e creches municipais. Ficou ressaltado que houve demora no início das aplicações desses recursos, considerando que o planejamento das obras foi apresentado ao Conselho do FUNDEB em meados do ano de 2010 e somente em abril de 2011 o Conselho foi novamente acionado com novo posicionamento das obras. Em conseqüência, de acordo com planilha distribuída pela CP – Coordenadoria de Planejamento na reunião, apenas 4% dos recursos foram efetivamente realizados até 18.07.2011. Também como decorrência dessa demora, não houve tempo de os conselheiros visitarem todas as intervenções encerradas ou em andamento, sendo certo que não haverá tempo também de se aplicar integralmente a totalidade dos recursos até o final do mês de julho corrente. Cabe registrar ainda que algumas intervenções ainda se encontram em processo licitatório. Diante do recesso escolar, agora nas duas últimas semanas de julho, não será possível acelerar o processo de visitas, pois as escolas estarão fechadas. Dessa forma, o parecer do Conselho, determinado na Resolução do FNDE, já citada, terá que restringir-se à realidade do dia 18.07.2011, com as seguintes ressalvas: a aplicação dos recursos limitou-se a 4% (R\$2.475.941,84), consideradas as despesas liquidadas, do montante do investimento, expresso por R\$55.761.836,99; a aplicação dos recursos na E.M. José Veríssimo (R\$ 600.008,71), embora a obra tenha sido considerada encerrada, somente poderá ser apreciada pelo Conselho em caráter conclusivo após a reavaliação técnica a ser realizada pela CIN e RIOURBE; o Conselho considera cumprido o programa com relação às escolas Comenius e Thomas Jefferson, já encerradas; a obra na Creche Anísio Teixeira foi visitada, encontra-se na fase inicial e ainda sem condições de avaliação pelo Conselho; o Conselho somente nesta reunião recebeu o cronograma analítico da prestação de serviços de reparos e manutenção corretiva da rede física, totalizando

R\$25.996.304,31, com a especificação das unidades escolares abrangidas pelos contratos; o Conselho fica aguardando nova posição das obras e serviços restantes para novas avaliações. A próxima reunião ficou marcada para o dia 15 de agosto, às 11 horas. E, por nada mais haver a registrar, eu, Geraldo Mattos, matrícula 11/190.751-8, revestido das funções de secretário da reunião, lavro a presente ata, que será assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2011

Geraldo Mattos
Matricula 11/190.751-8